

BOLETIM DAS ATUALIZAÇÕES

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

ALTERAÇÕES NA VERSÃO DAS TPUS DE 30/09/2024

Informamos que em 30 de setembro de 2024 houve publicação de novas versões das Tabelas Processuais Unificadas. As alterações foram as seguintes:

I – MOVIMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do movimento “15413 – Ação Coletiva” na hierarquia “25 – Suspensão ou Sobrestamento”, habilitado para toda Justiça Estadual, toda Justiça Federal (exceto CJF), toda Justiça do Trabalho (exceto CSJT) e toda Justiça Militar Estadual;
- 2) Criação do movimento “15414 – Ação Coletiva” na hierarquia “14974 – Levantamento da Causa Suspensiva ou de Sobrestamento”, habilitado para toda Justiça Estadual, toda Justiça Federal (exceto CJF), toda Justiça do Trabalho (exceto CSJT) e toda Justiça Militar Estadual;
- 3) Criação do movimento “15415 – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do TST” na hierarquia “25 – Suspensão ou Sobrestamento”, habilitado toda a Justiça do Trabalho (exceto CSJT);
- 4) Criação do movimento “15416 – Suspensão/Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do TST” na hierarquia “14974 – Levantamento da Causa Suspensiva ou de Sobrestamento”, habilitado toda a Justiça do Trabalho (exceto CSJT);
- 5) Criação do movimento “15417 – Migração de Sistema Eletrônico” na hierarquia “48 – Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico”, habilitado para todo o Poder Judiciário brasileiro;
- 6) Criação do movimento “15418 – Por Divergência de Entendimento com TST” na hierarquia “12765 – Envio para Juízo de Retratação”, habilitado para o segundo grau da Justiça do Trabalho;
- 7) Criação do movimento “15419 – Por Divergência de Entendimento com TNU” na hierarquia “12765 – Envio para Juízo de Retratação”, habilitado para as Turmas Recursais, para as Turmas Regionais de Uniformização e para a Turma Nacional de Uniformização da Justiça Federal;
- 8) Criação do movimento “15420 – Acolhimento de Proposta de Afetação” na hierarquia “12198 – Deliberado em Sessão”, habilitado para o TST e para o STJ;
- 9) Criação do movimento “15421 – Rejeição de Proposta de Afetação” na hierarquia “12198 – Deliberado em Sessão”, habilitado para o TST e para o STJ;

- 10) Criação do movimento “15422 – Suspensão para Submissão de Proposta de Afetação” na hierarquia “12198 – Deliberado em Sessão”, habilitado para o TST.

b) Inativação

- 1) Inativação do movimento “12101 – Inclusão do Processo para Julgamento Eletrônico”;
- 2) Inativação do movimento “897 – Retirada de Pauta”;
- 3) Inativação do movimento “12102 – Adiamento do Julgamento (CPC, art. 935).

c) Habilitação

- 1) Habilitação do movimento “12095 – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” para o STM;
- 2) Habilitação do movimento “12325 – Perda do Objeto” para toda a Justiça Militar da União;
- 3) Habilitação do movimento “15225 – Indicação de Recurso como Representativo de Controvérsia” para o segundo grau da Justiça do Trabalho;
- 4) Habilitação do movimento “12093 – Desafetação ao Rito dos Recursos Repetitivos” para o TST;
- 5) Habilitação do movimento “12205 – Retirado” para o segundo grau da Justiça do Trabalho e para o TST.

d) Desabilitação

- 1) Desabilitação do movimento “12093 – Desafetação ao Rito dos Recursos Repetitivos” para o segundo grau da Justiça do Trabalho;
- 2) Desabilitação do movimento “12092 – Afetação ao Rito dos Recursos Repetitivos” para o segundo grau da Justiça do Trabalho.

e) Alteração

- 1) Alteração do nome do movimento “332 – Antecipação de Tutela” para “Tutela Provisória”, bem como a alteração de sua descrição para “Concedida a tutela provisória” e do campo artigo para “294 a 311”;
- 2) Alteração do nome do movimento “889 – Antecipação de Tutela” para “Tutela Provisória”, bem como a alteração de sua descrição para “Concedida em parte a tutela provisória” e do campo artigo para “294 a 311”;
- 3) Alteração do nome do movimento “785 – Antecipação de Tutela” para “Tutela Provisória”, bem como a alteração de sua descrição para “Não concedida a tutela provisória” e do campo artigo para “294 a 311”;

- 4) Alteração do nome do movimento “347 – Antecipação de Tutela” para “Tutela Provisória”, bem como a alteração de sua descrição para “Revogada a tutela provisória”, do campo norma para “CPC” e do campo artigo para “294 a 311”;
- 5) Alteração do nome do movimento “12105 – Inclusão do Processo para Julgamento Eletrônico” para “Inclusão em Pauta de Sessão Virtual”, bem como de sua descrição para “Inclusão em pauta de sessão virtual” e de seu glossário para: “Movimento a ser utilizado quando o julgamento se der em sessão virtual, assim entendida como aquela em que as votações são realizadas exclusivamente pelo sistema, a exemplo do “plenário virtual” do STF. Se o julgamento se der em sessão presencial/telepresencial, utilizar movimento “1204 – Inclusão em pauta”, “897 - Retirada de pauta” e “12311 Pedido de Inclusão”;
- 6) Alteração do nome do movimento “12313 – Pedido de Inclusão do Processo em Pauta Virtual” para “Pedido de Inclusão em Pauta de Sessão Virtual”, bem como de sua descrição para “Pedido de inclusão em pauta de sessão virtual” e de seu glossário para: “Movimento a ser utilizado quando o julgamento se der em sessão virtual, assim entendida como aquela em que as votações são realizadas exclusivamente pelo sistema, a exemplo do “plenário virtual” do STF. Se o julgamento se der em sessão presencial/telepresencial, utilizar movimento “1204 – Inclusão em pauta”, “897 - Retirada de pauta” e “12311 Pedido de Inclusão”;
- 7) Alteração do nome do movimento “12314 – Retirar Pedido de Pauta Virtual” para “Pedido de Retirada de Pauta de Sessão Virtual”, bem como de sua descrição para “Retirado pedido de pauta de sessão virtual” e de seu glossário para: “Movimento a ser utilizado quando o julgamento se der em sessão virtual, assim entendida como aquela em que as votações são realizadas exclusivamente pelo sistema, a exemplo do “plenário virtual” do STF. Se o julgamento se der em sessão presencial/telepresencial, utilizar movimento “1204 – Inclusão em pauta”, “897 - Retirada de pauta” e “12311 Pedido de Inclusão”;
- 8) Alteração do nome do movimento “12115 – Para Julgamento de Mérito” para “Para Julgamento”, bem como de sua descrição para “Inclusão em pauta para julgamento”;
- 9) Alteração do nome do movimento “12116 – Para Julgamento de Mérito” para “Para Julgamento”, bem como de sua descrição para “Inclusão em pauta de sessão virtual para julgamento” e de seu glossário para: “Movimento a ser utilizado quando o julgamento se der em sessão virtual, assim entendida como aquela em que as votações são realizadas exclusivamente pelo sistema, a exemplo do “plenário virtual” do STF. Se o julgamento se der em sessão presencial/telepresencial, utilizar movimento “1204 – Inclusão em pauta”, “897 - Retirada de pauta” e “12311 Pedido de Inclusão”;
- 10) Alteração do glossário do movimento “12203 – Adiado” para “movimento a ser usado quando houver deliberação efetiva de adiamento na sessão.”;

- 11) Alteração do nome do movimento “12106 – Adiamento do Julgamento (art. 935 do CPC)” para “Adiamento do Julgamento para a Primeira Sessão Seguinte”, bem como de sua descrição para “Adiamento do julgamento para a primeira sessão seguinte” e do glossário para “Utilizado quando o processo não pode ser julgado na sessão em que estava pautado e é adiado na forma do CPC, art. 935, parte final, para a primeira sessão de julgamento seguinte do órgão colegiado.”;
- 12) Alteração do glossário do movimento “15216 – Determinação de Citação” para “Automatizar a citação - permitir que, em uma decisão, com o movimento processual acima, gere o gatilho para automações (a exemplo de despacho de citação). Na Justiça do Trabalho, este movimento será lançado apenas na fase de cumprimento de sentença. Na fase de conhecimento, a citação será registrada a partir de outros movimentos, considerando a prática forense de sua realização por meio de ato ordinatório.”;
- 13) Alteração do glossário do movimento “12272 – Declinada a Competência” para “Indica quando é declinada a competência no julgamento do processo, seja para outro órgão do mesmo tribunal, seja para outro ramo do Poder Judiciário.”;
- 14) Alteração do glossário do movimento “12201 – Liminar” para “Movimento a ser utilizado quando houver julgamento exclusivo da liminar em Sessão (sem análise do mérito).”;
- 15) Alteração do glossário do movimento “12202 – Questão de Ordem” para “Movimento a ser utilizado quando houver exclusivamente acolhimento de questão de ordem. Em caso de rejeição, lançar o movimento referente à decisão.”;
- 16) Alteração do nome do movimento “12767 – Por Divergência de Entendimento com Tribunal Superior” para “Por Divergência de Entendimento com STJ”, bem como de sua descrição para “Determinado o encaminhamento dos autos para juízo de retratação em razão de divergência com #{numero_tema_controversia_STJ}”.

II – ASSUNTOS

a) Habilitação

- 1) Habilitação do assunto “7785 – Prestação Pecuniária” para toda a Justiça Militar da União;
- 2) Habilitação do assunto “7787 – Prestação de Serviços à Comunidade” para toda a Justiça Militar da União;
- 3) Habilitação do assunto “14684 - Perseguição” para toda a Justiça Militar da União;
- 4) Habilitação do assunto “11909 – Concurso para Servidor” para toda a Justiça Militar da União e toda a Justiça Militar Estadual;

- 5) Habilitação do assunto “11903 – Concurso para Magistrado” para a competência militar de primeiro grau da Justiça Estadual, toda a Justiça Militar da União e toda a Justiça Militar Estadual.

III – COMPLEMENTOS

a) Criação

- 1) Criação do complemento tipo identificador “57 – numero_tema_controversia_TST”;
- 2) Criação do complemento tipo identificador “58 – numero_tema_controversia_TNU”.

b) Alteração

- 1) Alteração do nome do complemento tipo identificador “30 – numero_tema_controversia_tribunal_superior” para “numero_tema_controversia_STJ”, bem como do campo observação para “Corresponde ao número do tema ou controvérsia, no âmbito do STJ, que justifica a suspensão do processo. Os valores correspondem às tabelas de temas e controvérsias fornecidas pelo referido Tribunal, quando houver”.

